

Balanço Anual de Gestão

2019

Julho de 2020

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

Índice

1 – OBJETIVO	3
2 – ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO.....	4
3 – MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2019.....	5
4 – OBJETIVOS DE GESTÃO: PROCESSOS DE SUPORTE E PROCESSOS CHAVE	9
5 – ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO.....	10
6 - ALTERAÇÕES QUE POSSAM AFETAR O SISTEMA DE GESTÃO:	16
6.6 – RECOMENDAÇÕES PARA A MELHORIA	17
7 – PLANEAMENTO	18
8 – ANEXOS	18

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

AN
A

1 – OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo apresentar formalmente o Balanço Anual de Gestão, do Sistema de Gestão da RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl., relativo ao ano de 2019. São apresentados os resultados obtidos nas atividades/projetos da Cooperativa tendo em conta as metas e o cumprimento dos objetivos definidos para o ano transato.

2 – ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO

O Sistema de Gestão aplica-se ao apoio a pessoas em situação de desvantagem na Formação, Emprego e Empreendedorismo, na Intervenção Territorial, na Residência de Jovens (Casa de Acolhimento Residencial) e no Centro de Inclusão Comunitária (Centro de Atividades Ocupacionais), visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades, à igualdade de género e à inclusão escolar, profissional e comunitária, de forma a cumprir a missão da RUMO - Cooperativa que tem como foco a promoção educativa, profissional e comunitária para todas as pessoas que se encontrem em situação de desvantagem.

O Sistema de Gestão da RUMO assume uma relação com a comunidade no seu todo, que visa a satisfação das partes interessadas no sentido de cumprir a missão da Cooperativa. O nível de satisfação dos fornecedores é importante para a organização e, enquanto parte interessada contribui para a manutenção da qualidade de serviços da organização.

3 – MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2019

Os aspetos relevantes em 2019 na Cooperativa foram:

Centro de Recursos:

- Continuidade na colaboração e articulação com os Centros de Emprego para os quais somos credenciados (Almada, Seixal, Barreiro, Montijo), respondendo aos pedidos de intervenção emitidos por estes para as diversas acções (IAOQE, AC e APC) e aos seus destinatários;
- Continuidade da articulação e parceria com o departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar Barreiro Montijo;
- Continuidade da parceria com o departamento de Medicina Física e Reabilitação do Hospital Garcia de Orta, na análise e prescrição de Produtos de Apoio para Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade;
- Suporte e orientação na submissão de diversas candidaturas, a entidades, empresas, destinatários portadores de PCDI e suas famílias, com vista à sua inclusão sócio-profissional;
- Auxílio a entidades e empresas, na realização de candidaturas à Marca Entidade Empregadora Inclusiva, com presença no evento de atribuição do prémio ao Município da Moita.
- Assinala-se que os resultados alcançados em 2019 passaram por, nomeadamente: 41 Contratações (contrato de trabalho); 47 Medidas Activas de Emprego (CEI; CEI+ e Estágios de Inserção para PCDI), totalizando 88 integrações para pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Centro de Inclusão Comunitária - CIC:

- O grande trabalho de Partilha, Envolvimento e Intercâmbio entre os utentes e técnicos de outras organizações congéneres - exemplos: Colónia de Férias realizada em Julho em campo de férias da APPCDM Coimbra – Tocha e a Viagem do Ano, que nos levou em Outubro aos Açores e onde tivemos a possibilidade de ser recebidos e partilhar momentos de convívio com Instituições locais ou ainda, em Novembro, a viagem a Badajoz a convite da nossa congénere Aprosba 3 onde participámos na Feira - Fehispor-Badajoz como representante formal de Portugal com momentos de convívio entre utentes e técnicos das duas instituições;

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

- Os momentos de Partilha, Reflexão e Avaliação com as famílias em dois momentos distintos, Janeiro e Novembro;
- O investimento no trabalho individual com os utentes em objectivos de Treino de Competências e Actividades Socialmente Úteis na comunidade;
- A realização das actividades lúdico-terapêuticas na comunidade, nomeadamente ginástica e judo, Torneios de Judo;
- A participação em actividades desportivas em parceria com outras entidades congéneres, das quais destacamos o Surf Adaptado;
- As sessões semanais de Partilha, Reflexão e Avaliação com os utentes e técnicos que se traduzem em momentos de grande riqueza de crescimento, valorização pessoal e de grupo.

Rendimento Social de Inserção – RSI RUMO:

- Em Fevereiro de 2019 a equipa apresentou, em sede de Núcleo Local de Inserção, o documento para a avaliação da renovação do Protocolo, com parecer muito positivo da parte da coordenadora e de todos os parceiros. Após apreciação e avaliação do Conselho Diretivo do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, foi aprovada a continuidade do Protocolo por mais dois anos, com início a 1 de Julho, de acordo com os bons resultados alcançados e nas mesmas condições, sem qualquer negociação ao nível do financiamento de funcionamento e dos recursos humanos;
- A RUMO tem Protocolo assinado para 700 famílias desde Julho de 2015, contudo, o número de famílias acompanhadas tem sido sempre superior. No primeiro semestre de 2019 acompanhámos 961 famílias, correspondente a 2046 beneficiários e, no segundo semestre, 911 famílias, correspondente a 2017 beneficiários;
- No ano de 2019 a equipa de RSI da RUMO acompanhou ao todo 1059 famílias (2298 beneficiários), mais 359 agregados familiares do que está protocolado, o que exigiu um esforço constante em relação aos recursos existentes e que, a curto prazo, poderá comprometer a qualidade da intervenção, já para não falar dos gastos acrescidos que acarretam 359 processos a mais;
- Organização da 6ª edição da Feira da Saúde – passo a passo para a saúde. Participou no grupo de trabalho Inter NLI Arco Ribeirinho, preparando e executando da I Jornada de Reflexão RSI e Saúde: Uma Visão Integrada. No âmbito do Plano Municipal para Integração dos Migrantes, dinamizou a atividade ABC Adulto – Português para Estrangeiros. Também estruturou e planeou a

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

2ª edição do Festival "Um Só Mundo Pela Tolerância", elaborou o "Café Intercultural", onde apresentou diversos apontamentos gastronómicos para degustação e apoiou em termos logísticos, o mesmo tendo tido lugar na atividade intercultural "Mu(N)Danças". Participou ainda e de forma ativa nas reuniões do Grupo de Trabalho Front-Offices da Rede de Empregabilidade Barreiro | Moita; participou no Ciclo de Debates da Associação Portuguesa de Animação Sócio Cultural, criou e dinamizou o Projeto Pessoa, potenciando o envolvimento das famílias no seu próprio crescimento pessoal; criou o workshop Naturalmente com o objetivo de alertar e consciencializar as pessoas para a preservação do meio ambiente, propondo a utilização de produtos alternativos aos utilizados no dia-a-dia; desenvolveu também o workshop Cozinh'Arte em sala, no âmbito da Feira da Saúde e do Festival "UM Só Mundo Pela Tolerância" e organizou, em parceria com diversas instituições e entidades que intervêm no território, a VIII Festa de Natal Comunitária da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale de Amoreira.

Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica - CAV BM:

- Nº de sinalizações de processos de pessoas vítimas de violência doméstica;
- Nº de processos em acompanhamento especializado em violência doméstica;
- Nº de atendimentos realizados pela equipa técnica nas valências de apoio psicológico, apoio psicossocial, apoio social, informação e encaminhamento jurídico e de informação e encaminhamento;
- Nº de atendimentos realizados em situações de emergência de violência doméstica;
- Articulação com a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (Estruturas de Atendimento, Estruturas de Acolhimento de Emergência e Casas Abrigo);
- Articulação com Entidades representadas no protocolo do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica Barreiro/Moita;
- Articulação com Entidades de Tutela;
- Articulação com outras Entidades com intervenção social nos Concelhos do Barreiro e Moita;
- Ações de informação, sensibilização e de formação realizadas;
- Destinatários/as envolvidos em ações de sensibilização/formação promovidas pelo CAVBM;

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

- Descentralização em termos dos serviços de atendimento de acordo com as necessidades das populações residentes nos Concelhos da Moita e do Barreiro;
- Serviço de apoio especializado a pessoas vítimas de violência doméstica disponível 24 Horas por dia / 7 dias por semana.

Projeto Formar

- Aumento significativo do número de formandos/as que frequentaram ações de formação profissional inicial e contínua com impacto positivo nos seus projetos de vida;
- Formandos/as que após o término das ações conseguiram integração em mercado de trabalho;
- Alargamento da intervenção ao Centro de Emprego de Setúbal;
- Continuidade da parceria com os Serviços de Emprego de Almada, Barreiro, Montijo e Seixal.

Casa de Acolhimento Residencial – Residência

- Melhoria das instalações;
- Dinamização de Atividades de exterior com as crianças e jovens, destacando a viagem de avião ao Porto.

REBM e INCORPORA

Incorpora

- Aumento do número de entidades Incorpora de 33 para 46, ganhando assim ainda mais expressão em todo o território nacional, agora com novos núcleos em Faro (5), Beja (3), Viseu (3) e Évora (2);
- O Núcleo de Setúbal viu o seu acordo renovado, com a RUMO como entidade coordenadora, seguindo o seu processo de consolidação nessa península;
- Consolidação de uma metodologia de trabalho colaborativa entre as entidades do Núcleo;
- Consolidação na RUMO de um novo serviço de intermediação laboral com resultados positivos com 45 integrações; 115 pessoas acompanhadas e 51 ofertas angariadas.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

REBM

- Construção do novo site da REBM a par da seção de notícias;
- Promoção de um novo sistema de avaliação e de recolha de indicadores dentro da rede;
- Promoção do Trabalho em REDE entre os Centros Qualifica e Escolas com Educação e Formação de Adultos;
- Reforço da articulação em torno da oferta formativa em conjugação com os agrupamentos de escolas do Barreiro e Moita, resultando num separador no site da REBM
- Promoção de diversas ações de Capacitação de Pessoas em Situação de Desemprego através de ações em articulação com o CF Seixal (Competências Transversais) e AERLIS (Vidas Ativas) e outros operadores de formação;
- Promoção de Encontros Empresariais em conjugação com as autarquias do Barreiro e Moita;
- Animação/Dinamização da REDE – Articulação e promoção da regularidade de reuniões e do trabalho desenvolvido pelos diferentes grupos de trabalho e facilitação da comunicação com alguns atores com respostas no território.

4 – OBJETIVOS DE GESTÃO: Processos de Suporte e Processos Chave

A RUMO determina e gere os processos necessários para alcançar os resultados pretendidos, usando, para tal, uma abordagem sistémica de gestão. No sentido do cumprimento do âmbito do Sistema de Gestão, encontram-se definidos processos-chave que são monitorizados semestralmente. Os indicadores e as metas organizacionais estão definidas, por processo, na Matriz Global de Gestão. A monitorização dos indicadores dos processos é efetuada de acordo com o especificado para cada indicador.

Nota: Consultar [MATRIZ GLOBAL DE GESTÃO 2019](#).

5 – ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO

Em seguida passaremos à apresentação dos resultados obtidos no ano de 2019 (resultados em média combinada dos dois semestres).

5.1 Processos de Suporte

Análise de Tendências

- PS 1 Planeamento e Revisão

➤ ID16 – Taxa de cumprimento dos objetivos dos projetos

ID20	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 80%	156%	231%	224,46%	210%	202%

O valor obtido para o ano de 2019 incide sobre os objetivos e respetivas metas, englobando não só aqueles que se alcançaram na totalidade tendo em conta as metas previstas, mas também a taxa de cumprimento dos que não alcançaram os valores previstos. A lógica é, assim, a de analisar a taxa de cumprimento de cada objetivo, o que contribuiu para que alguns deles ultrapassassem o valor de 100%. Verificamos, no entanto, um ligeiro decréscimo relativamente ao valor global dos três anos anteriores cujos índices de cumprimentos denotavam, porventura, uma definição de metas por projetos àquém da real capacidade das equipas e recursos disponíveis para resposta às necessidades dos públicos/territórios de ação. Contudo, o confirmado excedente em muito ao cumprimento pleno (100%), evidenciando uma continuidade da tendência positiva no que respeita à atividade global dos diferentes projetos da Cooperativa, amplamente superior à meta global estabelecida (≥ 80%).

➤ ID17 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Atividades

ID21	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 90%	97%	91%	90,48%	92,53%	94%

O resultado obtido denota o seguimento de uma tendência de subida desde o decréscimo registado em 2016. Nesta linha, consideramos que numa organização com a dimensão e diversidade da RUMO, um resultado de 94% de cumprimento do Plano Anual de Atividades é amplamente positivo.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

AN

5.2 Processos-Chave LIJ

- PCLIJ 1 Acolhimento e Integração

- ID1 – Tempo médio para a realização da avaliação diagnóstica

ID1	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	<20	12	12	13	NA	NA

Em 2019 não foram admitidos jovens na Casa de Acolhimento Residencial RUMO, pelo que não ocorreram avaliações diagnósticas.

- ID2 – N.º de integrações

ID2	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	Monitorizar	3	4	5	0	0

Não foram integrados jovens em 2019.

- PCLIJ2 Projeto Educativo

- ID3 – Taxa de PSEI's elaborados em 30 dias ou menos

ID3	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	> 90%	100%	100%	100%	NA	NA

Uma vez que não existiram novas admissões durante o ano de 2019 não foi possível a monitorização deste indicador, sendo não aplicável para o ano em análise.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

➤ ID4 – Taxa do cumprimento do Plano de Atividades

ID4	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 90%	96%	98%	98%	100%	98%

O resultado obtido mantém-se mais um ano acima do previsto (98%), o que revela um cumprimento adequado das atividades planeadas.

• PCLIJ 3 Nutrição, Alimentação e Cuidados Especiais

➤ ID5 – Índice de qualidade de alimentação.

ID5	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≤ 5	100%	100%	100%	93%	100%

O indicador é apurado tendo por base uma listagem de aspetos considerados relevantes para uma alimentação de qualidade, que foi monitorizada mensalmente pela CAR. Os aspetos definidos são:

- Fruta fresca e variada
- Refeições de peixe e carne intercaladas
- Introdução de salada em todas as refeições
- Refeição acompanhada com água
- Doce apenas uma vez por semana
- Sopa todos os dias
- Ementas adequadas à época do ano
- Não reutilização de óleo de fritura
- Preocupação com a confeção em termos de sabor
- Preocupação com a apresentação da comida
- Variedade de lanche
- Ementa de jantar especial escolhida pelo aniversariante

Verifica-se um aumento do índice relativamente ao ano anterior, sendo que se verificou um esforço de melhoria com base nos resultados do ano de 2018.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

- ID6 – Taxa de satisfação das crianças/jovens relativamente aos cuidados prestados

ID6	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 80%	83,93%	83,10%	83,38%	67%	NA

Este resultado não foi apurado no decorrer do ano de 2019.

5.3 Processos-Chave CIC/CAO

- PCCAO 1 Admissão, Acolhimento e Integração

- ID7 – N.º de rescisões do contrato de prestação de serviços

ID7	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≤ 2	1	2	3	2	0

Durante o ano de 2019 não se registaram rescisões de contrato no CIC.

- ID8 – Tempo médio decorrido entre a inscrição e a entrada na lista de candidatos (n.º de dias)

ID8	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≤ 15	0	3	0	3	0

Durante o ano de 2019 verificou-se uma média que tende para a inexistência de período de espera entre a data de inscrição na resposta e a entrada na lista de candidatos/as.

- PCCAO 2 Projeto de Vida

- ID9 – Grau de satisfação das famílias/representante legal

ID9	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 80%	83%	NA	82,1%	86,28%	NA

O grau de satisfação das famílias/representante legal não foi inferido no decurso do ano de 2019.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

➤ ID10 – Grau de execução dos objetivos previstos (PDI)

ID11	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 70%	85%	82,37%	82,9%	88,18%	92,1%

O grau de execução do PDI segue em tendência crescente em 2019, subindo agora para 92,1%, amplamente acima da meta definida (70%) encontrando-se muito acima da meta estabelecida, o que demonstra uma adequação entre os objetivos planejados e aquilo que se consegue efetivamente realizar.

5.4 Processos-Chave FEE

- PCFEE 1 Candidatura e Seleção

➤ ID11 – Taxa de resposta às solicitações

ID12	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 80%	79%	99%	97,7%	97,7%	94,82%

O resultado registou um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior, encontrando-se, ainda assim, acima da meta prevista (mais de 14% acima), o que demonstra a mobilização dos projetos FEE da Cooperativa para responder às solicitações recebidas.

➤ ID12 – Taxa de preenchimento das vagas nas ações/atividades a realizar

ID13	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 90%	102%	78,79%	92,7%	92,59%	102,79%

A taxa de preenchimento de vagas na área de intervenção FEE foi a mais alta nos últimos 5 anos e mais de 10 pontos percentuais que a meta estabelecida. Um resultado bastante positivo e a manter.

RA
AM

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

PCFEE 2 Plano Individual de Inserção (ver a questão dos AC'S)

- ID13 – Taxa de inserção em mercado aberto de trabalho ou criação do próprio emprego

ID14	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 10%	29%	23,35%	12%	19,66%	89,63%

Em 2019 a percentagem de pessoas inseridas em mercado de trabalho registada em 2019 foi amplamente superior à registada nos anos anteriores, superando em mais de 8 vezes a meta estabelecida.

5.5 Processos-Chave IT

- PCIT 1 Dinâmica de Redes

- ID14 – Taxa de execução dos planos de atividades

ID16	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 70%	94,81%	76,26%	95,3%	97,83%	100%

O resultado obtido encontra-se acima da meta prevista, cumprindo a totalidade da meta estabelecida. O resultado obtido revela que a Dinâmica de Redes, à semelhança dos anos anteriores, corresponde em pleno aos objetivos e expetativas dos parceiros.

- PCIT 2 Intervenção Comunitária

- ID15 – Taxa de sucesso do plano estabelecido

ID18	Meta	2015	2016	2017	2018	2019
	≥ 70%	90%	94.5%	93%	96,69%	95,98%

Este indicador reflete o sucesso dos planos de intervenção definidos com os/as destinatários/as da área de intervenção – Intervenção Comunitária (CDLS Moita; CAAV e RSI). O valor obtido revela, em sequência dos últimos 4 anos, um pleno envolvimento efetivo dos destinatários na definição dos seus projetos de vida.

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

6 - Alterações que possam afetar o Sistema de Gestão:

- Manutenção de custos fixos além do financiamento de projetos recursos humanos efetivos (renda, água, eletricidade, comunicações, combustíveis, desgaste de viaturas e outros);
- Consolidação do papel da Rumo em organismos associativos e cooperativos de representação do setor (FENACERCI, FORMEM, APEA, EUSE, APISE, RSOPT, CASES, FNERDM, entre outras);
- Reconhecimento atribuído pelos diferentes públicos ao relevo e qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa ao longo das suas mais de três décadas de atividade;
- Necessidade de resposta positiva e concertada no que concerne ao despertar da atenção da opinião pública para as organizações do terceiro sector por motivos alheios ao real valor, pertinência, legitimidade e contributo das organizações;
- Cruzamento de critérios relevantes para a gestão da organização: gestão por projeto vs. gestão global da Cooperativa (dimensões financeira e de recursos humanos);
- Atividade múltipla e diversificada no âmbito da solidariedade social e apoio à comunidade;
- Integração dos vários projetos e partilha de informação no sentido de melhor servir as necessidades do utente/formando, enquanto objetivo primário da Cooperativa;
- Assinatura do contrato de comodato com a Câmara Municipal do Barreiro para a cedência dos equipamentos de Creche sites na Cidade Sol e Quinta da Lomba;
- Continuação da participação em projetos transnacionais – ERASMUS+, com vista ao desenvolvimento e disseminação de boas práticas no âmbito das PCDI – Link Ups e Job Circuit;
- Continuação com as parcerias colaborativas na área Metropolitana de Lisboa numa lógica de consultoria;
- Obras de melhoria na Escola Conde Ferreira;
- Participação em iniciativas solidárias promovidas pela Câmara Municipal do Barreiro com vista à angariação de fundos;

BALANÇO ANUAL DE GESTÃO 2019

- Adesão ao NPISA do Barreiro e participação na Candidatura ao Projeto Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis – Inserção de Pessoas em Situação de Sem Abrigo em parceria com a autarquia do Barreiro e financiado pelo Portugal 2020;
- Aumento significativo das ações financiadas promovidas pelo Centro de Formação da Rumo em articulação com autarquias.

7 – Recomendações para a melhoria

São recomendações para a melhoria do Sistema de Gestão da Rumo:

- ✓ Continuar a dinamizar o funcionamento do Conselho Técnico;
- ✓ Reforço da ação da Rumo, no contexto de Intervenções Territoriais Integradas (ITI);
- ✓ Consolidação e disseminação do modelo da Rede de Empregabilidade e Rede de Apoio ao Desenvolvimento Local;
- ✓ Avaliação da satisfação de todas as partes interessadas da Rumo;
- ✓ Revisão e implementação do plano estratégico da Rumo, em colaboração com o Conselho Técnico e a Assembleia Geral de Sócios;
- ✓ Assegurar formação específica para o envolvimento e desenvolvimento pessoal e profissional de todos/as os/as colaboradores/as de forma a maximizar as suas potencialidades;
- ✓ Continuar a dinamizar o Centro de Formação da Rumo;
- ✓ Promoção de atividades regulares que fomentem a interação e cooperação entre Colaboradores/as, projetos e unidades da Rumo;
- ✓ Angariação de patrocinadores e mecenas;
- ✓ Continuar a melhoria das práticas de controlo financeiro e contabilístico, incentivando uma relação estreita entre a tesouraria e contabilidade gerais da cooperativa e a gestão dos projetos e unidades funcionais da Rumo;

7 – PLANEAMENTO

As ações resultantes deste balanço e que se constituem formalmente com saídas da Revisão pela Gestão encontrar-se-ão documentadas no Plano de Atividades do Sistema de Gestão.

8 – ANEXOS

- 9.1 – Relatórios de Atividades
- 9.2 – Relatórios de Atividades Formação, Emprego e Empreendedorismo
- 9.3 – Relatórios de Atividades Intervenções Territoriais
- 9.4 – Matriz Global de Gestão
- 9.5 – Relatório de Contas da Rumo, CRL

RUMO, CRL

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2019

Modelo SNC
Dezembro de 2019

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2019.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2019	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2019	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	11
4. Activos fixos tangíveis.....	15
5. Propriedades de investimento.....	16
6. Activos intangíveis.....	16
7. Activos biológicos.....	16
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	16
9. Participações Financeiras – outros métodos.....	16
10. Accionistas/Sócios	16
11. Outros activos financeiros.....	16
12. Activos e passivos por impostos diferidos.....	16
13. Inventários.....	16
14. Clientes	16
15. Adiantamentos a fornecedores	16
16. Estado e outros entes públicos.....	17
17. Outras contas a receber	17
18. Diferimentos	17
19. Activos financeiros detidos para negociação.....	188
20. Outros activos financeiros.....	18
21. Activos não correntes detidos para venda	18
22. Caixa e depósitos bancários	18
23. Capital realizado	18
24. Outros instrumentos de capital próprio	18
25. Reserva legal.....	18
26. Resultados transitados.....	18
27. Excedentes de revalorização	18
28. Outras variações no capital próprio.....	199
29. Provisões.....	199
30. Financiamentos obtidos.....	19
31. Outras contas a pagar	20
32. Fornecedores.....	20
33. Adiantamentos de clientes.....	20
34. Outros passivos financeiros.....	20
35. Vendas e prestações de serviços.....	20
36. Subsídios à exploração	20
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	21
38. Variação nos inventários da produção.....	21
39. Trabalhos para a própria entidade	21
40. Custo das vendas.....	21
41. Fornecimentos e serviços externos.....	21
42. Gastos com o pessoal	21
43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	22
44. Aumento /redução de justo valor.....	22
45. Outros rendimentos e ganhos	22
46. Outros gastos e perdas.....	22
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23

R
A
f

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	23
49. Resultados financeiros	23
50. Partes relacionadas	23
51. Compromissos	23
52. Eventos subsequentes	23
53. Informações exigidas por diplomas legais	24

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2019	31.Dez.2018
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	195.590,23	208.961,53
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	9	0,00	0,00
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	0,00	0,00
Activos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		195.590,23	208.961,53
Inventários	13	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Clientes	14	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	15	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	1.076,80	0,00
Accionistas / sócios	10	635,00	575,00
Outras contas a receber	17	551.441,97	634.868,10
Diferimentos	18	748,17	4.435,79
Activos financeiros detidos para negociação	19	0,00	0,00
Outros activos financeiros	20	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	21	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	22	96.105,03	43.412,27
Total dos Activos Correntes		650.006,97	683.291,16
		845.597,20	892.252,69
Capitais Próprios			
Capital realizado	23	4.480,00	4.815,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	25	1.663,74	1.663,74
Outras reservas		54.286,54	54.286,54
Resultados transitados	26	338.164,30	351.786,95
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	27	128.440,46	128.440,46
Outras variações no capital próprio	28	-156.536,47	-156.536,47
Resultado líquido do exercício		101.007,10	5.850,78
Total dos Capitais Próprios		471.505,67	390.307,00
Passivo			
Provisões	29	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Outras contas a pagar	31	0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	0,00
Fornecedores	32	35.244,93	44.118,56
Adiantamento de clientes	33	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	74.315,93	82.904,24
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	154.989,10	155.000,00
Outras contas a pagar	31	109.541,57	219.922,89
Diferimentos	18	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	34	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		374.091,53	501.945,69
Total do Passivo		374.091,53	501.945,69
		845.597,20	892.252,69
		0,00	0,00

Barreiro, 30 de Junho de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia:

Fernanda Lampreia
CC 92234

O Conselho de Administração

Rute Pires:

Rute Pires

Ana Moreira:

Ana Moreira

RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2019	31.Dez.2018
Vendas de mercadorias	35	0,00	0,00
Prestação de serviços	35	0,00	0,00
Subsídios à exploração	36	2.350.393,07	2.613.348,73
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	38	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	39	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	41	-408.915,08	-515.083,89
Gastos com o pessoal	42	-1.836.891,68	-2.106.309,69
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	29	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	44	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	45	76.559,61	50.340,99
Outros gastos e perdas	46	<u>-53.585,89</u>	<u>-5.876,17</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		127.560,03	36.419,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	-15.927,26	-19.380,40
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.632,77	17.039,57
Juros e rendimentos similares obtidos	49	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	49	<u>-10.155,60</u>	<u>-11.188,79</u>
Resultado antes de impostos		101.477,17	5.850,78
Imposto sobre o rendimento do período	16	<u>470,07</u>	<u>0,00</u>
Resultado líquido do período		<u>101.007,10</u>	<u>5.850,78</u>
Resultado por acção básico		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Barreiro, 30 de Junho de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia:

Fernanda Lampreia
cc 92234

O Conselho de Administração

Rute Pires:

Rute Pires

Ana Moreira:

Ana Moreira

RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - Exercício de 2019
(Valores expressos em euros)

	<u>31.Dez.2019</u>	<u>31.Dez.2018</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	(417.789)	(408.222)
Pagamentos ao pessoal	<u>(1.933.661)</u>	<u>(1.354.226)</u>
Caixa gerada pelas operações	<u>(2.351.450)</u>	<u>(1.762.448)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(722)	(22.704)
Outros recebimentos/pagamentos	2.423.023	2.613.349
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	<u>70.850</u>	<u>828.197</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(1.636)	(20.514)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(1.636)</u>	<u>(20.514)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	<u>(1.636)</u>	<u>(20.514)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	(335)	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(335)</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(10.156)	(11.189)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(10.156)</u>	<u>(11.189)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	<u>(10.491)</u>	<u>(11.189)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>58.724</u>	<u>796.495</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>43.412</u>	<u>24.661</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>96.105</u>	<u>43.412</u>

Barreiro, 30 de Junho de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia:

Fernanda Lampreia
CC 92234

O Conselho de Administração

Rute Pires:

Rute Pires

Ana Moreira:

Ana Moreira

RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2019

			(Valores expressos em euros)						
			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2018	1	Notas	4.815	1.664	54.287	351.787	(28.096)	5.851	390.307
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28		(335)	-	-	(13.623)	-	(5.851)	(19.808)
	2		(335)	-	-	(13.623)	-	(5.851)	(19.808)
Resultado Líquido do Período	3							101.007	101.007
Resultado Integral	4 = 2 + 3							95.156	81.199
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações do capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5		4.480	1.664	54.287	338.164	(28.096)	101.007	471.506

Barreiro, 30 de Junho de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia:

Fernanda Lampreia
CC 92234

O Conselho de Administração

Rute Pires:

Rute Pires

Ana Moreira:

Ana Moreira

RUMO, CRL**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Rumo, CRL, foi constituída em 1981, tem a sua sede na Rua Miguel Pais, nº46, 1ªA, 2830-356 Barreiro. A Cooperativa tem como atividade principal o Apoio Social sem Alojamento. A Rumo é uma cooperativa sem fins lucrativos, que tem por objetivo fundamental a solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a pessoas em situação de desvantagens, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico**

Em 2019 as demonstrações financeiras da Rumo, CRL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efetuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2010).

Exemplo de nota sobre os efeitos dos ajustamentos (NCRF 3)

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2011, obtidos de acordo com o normativo POC e os respetivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Nota 3 - Reconciliação do capital próprio

<u>Reconciliação do Capital Próprio</u>	<u>31-dez-10</u>	<u>1-jan-11</u>
Capital próprio POC	4.610	4.620
1. Despesas de instalação e constituição	-	-
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	-
3. Impostos diferidos	-	-
4. Desreconhecimento dep. Acum. Terreno Angola	-	-
Capital Próprio NCRF	<u>4.610</u>	<u>4.620</u>
Reconciliação do Resultado		
Resultado líquido POC	6.987	
1. Despesas de instalação e constituição	-	
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	
3. Impostos diferidos	-	
4. Imparidades Activos - Obras prop. Alheia	-	
5. Desreconhecimento dep. Período terreno Angola	-	
Resultado líquido NCRF	<u>6.987</u>	

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Cooperativa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Rumo, CRL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Não se aplica.

3.5. Investimentos financeiros

Não se aplica.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Cooperativa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Cooperativa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio de aquisição como método de custeio.

3.8. Ativos biológicos

Não se aplica.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Capital social

As quotas ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Cooperativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Não se aplica.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Cooperativa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Cooperativa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Cooperativa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cooperativa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

R.F.
A1

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Dez-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	284.855	-	-	-	-	284.855
Equipamento básico	144.332	-	-	-	-	144.332
Equipamento de transporte	152.326	16.912	-	-	-	173.110
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	281.392	3.601	-	-	-	284.919
Outros activos fixos tangíveis	20.455	-	-	-	-	20.455
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	883.360	20.514	-	-	-	907.671
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	107.271	7.512	-	-	-	114.784
Equipamento básico	121.761	3.140	-	-	-	124.901
Equipamento de transporte	150.519	4.228	-	-	-	154.747
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	279.323	4.500	-	-	-	283.823
Outros activos fixos tangíveis	20.455	-	-	-	-	20.455
	679.329	19.380	-	-	-	698.709
Valor Líquido	204.031	1.133	-	-	-	208.962
31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Dez-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	284.855	-	-	-	-	284.855
Equipamento básico	144.332	1.636	-	-	-	145.968
Equipamento de transporte	173.110	-	-	-	-	173.110
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	284.919	920	-	-	-	285.839
Outros activos fixos tangíveis	20.455	-	-	-	-	20.455
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	907.671	2.556	-	-	-	910.227
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	114.784	7.512	-	-	-	122.296
Equipamento básico	124.901	2.522	-	-	-	127.422
Equipamento de transporte	154.747	4.228	-	-	-	158.975
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	283.823	1.665	-	-	-	285.488
Outros activos fixos tangíveis	20.455	-	-	-	-	20.455
	698.709	15.927	-	-	-	714.636
Valor Líquido	208.961	(13.371)	-	-	-	195.590

5. Propriedades de investimento

Não se aplica.

6. Ativos intangíveis

Não se aplica.

7. Ativos biológicos

Não se aplica.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Não se aplica.

9. Participações financeiras – outros métodos

Não se aplica.

10. Acionistas/Sócios

Nota 10 - Accionistas e Sócios

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
x	-	635	-	575
y	-	-	-	-
	-	635	-	575
Passivo				
x	-	-	-	-
y	-	-	-	-
	-	-	-	-

11. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Não se aplica.

14. Clientes

Não se aplica.

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Nota 16 - Estado e outros entes públicos

	31-dez-19	31-dez-18
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	45	(425)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(542)	(574)
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	20.193	23.512
Segurança Social	53.542	60.392
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>73.239</u>	<u>82.904</u>

17. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Nota 17 - Outras contas a receber

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	551.442	-	634.868
	-	<u>551.442</u>	-	<u>634.868</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>551.442</u>	-	<u>634.868</u>

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

Nota 18 - Diferimentos

	31-dez-19	31-dez-18
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	748	4436
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	25.502
	<u>748</u>	<u>29.938</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	0	0
	<u>-</u>	<u>-</u>

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 22 - Caixa e depósitos bancários

	<u>31-dez-19</u>	<u>31-dez-18</u>
Caixa	759	1.861
Depósitos à ordem	95.346	41.551
Depósitos a prazo	-	-
Outras	-	-
	<u>96.105</u>	<u>43.412</u>

23. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2019 o capital da Cooperativa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 34 quotas com o valor nominal de 100,00 euros cada.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Cooperativa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Junho de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

Não se aplica.

28. Outras variações no capital próprio

Nota 28 - Outras variações nos capitais próprios

	31-dez-19	31-dez-18
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	(162.334)	(162.334)
Doações	16.960	16.960
Outras	(11.163)	(11.163)
	<u>(156.536)</u>	<u>(156.536)</u>

29. Provisões

Não foram efetuadas no presente exercício quaisquer provisões.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 30 - Financiamentos obtidos e locações

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	154.989	-	155.000
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>154.989</u>	<u>-</u>	<u>155.000</u>

- (i) Comentário sobre os empréstimos a m.l.prazo
- (ii) Comentário sobre as contas bancárias caucionadas
- (iii) Comentário sobre as contas bancárias de factoring
- (iv) Comentário sobre as contas bancárias de letras descontadas
- (v) Comentário sobre os descobertos bancários
- (vi) Comentário sobre locações financeiras
- (vii) Comentário sobre os outros empréstimos

Handwritten initials: AH, F

31. Outras Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente apresentava como se segue:

Nota 31 - Outras contas a pagar

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimo gastos	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	97.877
Outras contas a pagar	-	109.542	-	122.046
	-	109.542	-	219.923

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Nota 32 - Fornecedores

	31-dez-19	31-dez-18
Fornecedores conta corrente	35.245	44.119
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores (Leasings)	-	-
	35.245	44.119

33. Adiantamentos de clientes

Não se aplica.

34. Outros passivos financeiros

Não se aplica.

35. Vendas e prestações de serviços

Não se aplica.

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2019 e de 2018 a Cooperativa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Nota 36 - Subsídios

	31-dez-19	31-dez-18
Subsídios estatais	2.350.393	2.613.349
Outros subsídios	-	-
	2.350.393	2.613.349

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Não se aplica.

38. Variação nos inventários da produção

Não se aplica.

39. Trabalhos para a própria entidade

Não se aplica.

40. Custo das vendas

Não se aplica.

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Nota 41 - Fornecimentos e serviços externos

	<u>31-dez-19</u>	<u>31-dez-18</u>
Subcontratos	20.131	87.103
Serviços especializados	169.130	188.687
Materiais	23.727	30.657
Energia e fluídos	38.442	42.944
Deslocações, estadas e transportes	10.198	20.916
Serviços diversos (*)	147.287	144.776
Rendas de imóveis	38.257	47.045
Comunicação	15.846	24.229
Seguros	14.463	10.973
Outros Serviços	78.720	62.529
	<u>408.915</u>	<u>515.084</u>

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Nota 42 - Gastos com o pessoal

	<u>31-dez-19</u>	<u>31-dez-18</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.139.992	1.479.993
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	281.750	291.270
Seguros	13.815	13.168
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	401.335	321.879
	<u>1.836.892</u>	<u>2.106.310</u>

O número médio de empregados da Cooperativa no exercício de 2019 foi de 79, no exercício de 2018 foi 84, no exercício de 2017 foi 79, no exercício de 2016 foi 99.

43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica.

44. Aumento /redução de justo valor

Não se aplica

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Nota 45 - Outros rendimentos e ganhos

	31-dez-19	31-dez-18
Rendimentos suplementares	34.629	15.479
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	17
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Restituição de impostos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>41.931</u>	<u>34.845</u>
	<u>76.560</u>	<u>50.341</u>

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Nota 46 - Outros gastos e perdas

	31-dez-19	31-dez-18
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Donativos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	<u>53.586</u>	<u>5.876</u>
	<u>53.586</u>	<u>5.876</u>

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Nota 47 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	31-dez-19			31-dez-18		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	15.927	-	15.927	19.380	-	19.380
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>15.927</u>	<u>-</u>	<u>15.927</u>	<u>19.380</u>	<u>-</u>	<u>19.380</u>

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica

49. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

Nota 49 - Resultados financeiros

	31-dez-19	31-dez-18
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	<u>-</u>	<u>-</u>
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	<u>10.156</u>	<u>11.189</u>
	<u>10.156</u>	<u>11.189</u>
Resultados financeiros	(10.156)	(11.189)

50. Partes relacionadas

Não se aplica.

51. Compromissos

Não se aplica.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Am

53. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Cooperativa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Cooperativa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

BALANÇO E REVISÃO PELA GESTÃO E CONTAS DO ANO 2019

O Conselho Fiscal da Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL., no exercício das competências que lhe são atribuídas, nomeadamente pelo Código Cooperativo, reuniu para apreciar e dar parecer sobre o Balanço e Revisão pela Gestão e Contas relativo ao ano de 2019.

O Conselho Fiscal, após análise dos documentos que suportam o Balanço e Revisão pela Gestão e Contas relativo ao ano de 2019, propõe a sua aprovação pela Assembleia Geral, tendo merecido o seu parecer favorável.

Barreiro, 30 de Junho de 2020.

O Conselho Fiscal:

A Presidente: Elinor

A Secretária: Patrícia Valedas

A Relatora: Carla Flores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

BALANÇO E REVISÃO PELA GESTÃO E CONTAS DO ANO 2019

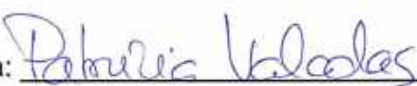
O Conselho Fiscal da Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL., no exercício das competências que lhe são atribuídas, nomeadamente pelo Código Cooperativo, reuniu para apreciar e dar parecer sobre o Balanço e Revisão pela Gestão e Contas relativo ao ano de 2019.

O Conselho Fiscal, após análise dos documentos que suportam o Balanço e Revisão pela Gestão e Contas relativo ao ano de 2019, propõe a sua aprovação pela Assembleia Geral, tendo merecido o seu parecer favorável.

Barreiro, 08 de Julho de 2020.

O Conselho Fiscal:

A Presidente: 

A Secretária: 

A Relatora: 